

B- 2583

## ATA DA III REUNIÃO DO GRUPO DE TRABALHO DA COMISSÃO DE VIZINHANÇA PERU- BRASIL SOBRE MEIO AMBIENTE

Realizou-se em Brasília, nos dias 10 e 11 de dezembro de 1998, a III Reunião do Grupo de Trabalho da Comissão de Vizinhança Brasil-Peru sobre Meio Ambiente. A relação dos membros das Delegações dos dois países consta do anexo I.

Dando início aos trabalhos, o Chefe da Delegação brasileira, Ministro Fernando Jacques de Magalhães Pimenta, manifestou sua satisfação pela realização da reunião, que demonstra a importância política atribuída pelos dois Governos ao tema de Meio Ambiente e às relações bilaterais como um todo. Enfatizou a condição de países-partes do Tratado de Cooperação Amazônica e a relevância do intercâmbio de informações e da coordenação de políticas entre ambos nos planos bilateral e multilateral.

Ao agradecer essas palavras, a Chefe da Delegação peruana destacou a importância, inclusive em termos territoriais, da região amazônica para o Brasil e o Peru, o que realça a prioridade da concertação de posições tanto no plano bilateral quanto no multilateral. Igualmente, destacou que a agenda bilateral é bastante ampla e merece uma continuação eficaz, mostrando crescentes êxitos no âmbito da cooperação horizontal.

A Delegação brasileira propôs a agenda de trabalho, que foi aprovada e que consta do anexo II.

### PESQUISA E DESENVOLVIMENTO AGROFLORESTAL : RECURSOS GENÉTICOS

Como primeiro ponto da agenda, a Delegação peruana expressou seu interesse no intercâmbio de experiências sobre produção e certificação de

*ML*

sementes e saúde vegetal e animal, para o que fez entrega à Parte brasileira do texto do Acordo de Cooperação e Coordenação em Matéria de Saúde Agropecuária entre os dois países, o qual figura no anexo III desta Ata e está sendo negociado no âmbito do Ministério da Agricultura do Brasil e do Servicio Nacional de Sanidad Agrária, do Peru. Igualmente, a Delegação peruana apresentou à Delegação brasileira o alcance e os objetivos do projeto SINITTA (Sistema de Investigación y Transformación de Tecnología Agrária), que se vem desenvolvendo no Peru e que poderia vir a ter a participação brasileira.

Além disso, entregou dois documentos, que constam, respectivamente, dos anexos IV e V: um sobre “Estudio Binacional para el Desarrollo de Genotipos Transgenicos de Papayo *Carica papaya L.* resistentes al virus de la Mancha Anillada” e outro sobre “Desarrollo e Adaptación de Tecnologias para la Producción de Castaña”, para a consideração das autoridades brasileiras e, eventualmente, para uma futura cooperação. A respeito do primeiro documento, a Parte brasileira considerou oportuno indicar que sua tangência com a negociação do Protocolo sobre Biossegurança, razão por que se afigura útil que a implementação do estudo tenha presentes os aspectos técnicos e políticos que encerra.

Finalmente, a Delegação peruana apresentou a iniciativa de realizar um seminário sobre “Mecanismos de Compensación para la Conservación y Aprovechamiento Sostenible de la Diversidad Biológica”, para o que entregou a informação correspondente (anexo VI).

A Parte brasileira referiu-se ao Centro de Biotecnologia da Amazônia, no âmbito do Programa Brasileiro de Ecologia Molecular, que está em construção em Manaus e que poderá permitir o intercâmbio científico-tecnológico nesta área.

O Chefe da Delegação brasileira fez menção à futura realização de um seminário sub-regional sobre a eventual rede de pesquisa e proteção de recursos genéticos no âmbito do Tratado de Cooperação Amazônica. As Delegações

coincidiram na necessidade de que a regulamentação sobre o funcionamento da rede seja muito clara e precisa quanto ao acesso à informação.

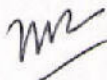
Ambas as delegações intercambiaram opiniões sobre os temas mais importantes no âmbito da Convenção das Nações Unidas sobre Diversidade Biológica, levando em consideração o papel especial dos países da Bacia Amazônica nesse instrumento internacional, com ênfase no Brasil e no Peru, por sua grande biodiversidade.

Com relação ao Peru, informou-se sobre a elaboração de um Regulamento sobre acesso a recursos genéticos, atualmente sendo submetido ao Congresso peruano, e a próxima promulgação de lei sobre o desenvolvimento da Amazônia peruana.

De sua parte, a Delegação brasileira entregou à Delegação do Peru os projetos de lei sobre acesso a recursos genéticos.

## **CONTRABANDO DE MADEIRAS**

A Delegação brasileira informou acerca de denúncias feitas pelas respectivas autoridades no sentido de que estaria ocorrendo extração ilegal de madeira no Parque Nacional da Serra do Divisor, no Acre, por parte de cidadãos peruanos. Ao respeito, a Delegação peruana explicou com dados geográficos que considerava improvável a ocorrência, particularmente pelo sentido em que correm os rios. Assim mesmo, Brasil e Peru estudarão a eventual realização de uma operação conjunta para verificar as denúncias de extração de madeira no Parque Nacional da Serra do Divisor. Decidiram, ademais, intercambiar os nomes e coordenadas dos respectivos órgãos competentes, para que estes estabeleçam contato direto, de forma a agilizar o intercâmbio de informações e a adoção de ações cabíveis quanto a esse tipo de atividade ilícita, com a participação das Chancelarias.



Ambas as Delegações concordaram em propor a realização de uma reunião tripartite com a Colômbia, com a finalidade de discutir medidas concretas para evitar a extração ilegal de madeira na região da fronteira entre os três países, para o que as respectivas Chancelarias coordenarão a presença dos setores responsáveis pela vigilância da área. Acordou-se igualmente em estreitar a colaboração entre os dois países na fiscalização das atividades na fronteira.

A Parte brasileira propôs, igualmente, a criação de um canal de consulta bilateral para agilizar o intercâmbio de informações e as ações a serem empreendidas no tocante a crimes ecológicos que ocorram nos territórios dos dois países. Ambas as Delegações coincidiram em que se poderia procurar obter apoio da comunidade internacional para as ações que os dois países decidam adotar a esse respeito.

A Delegação peruana fez entrega da regulamentação concernente à proibição de exploração de madeira em algumas regiões do país, assim como de mapas dessas regiões.

A parte peruana reiterou, ainda, convite para que autoridades brasileiras visitem os Departamentos de Loreto, Madre de Dios e Ucayali, a fim de estreitar os contatos com seus homólogos dos respectivos Departamentos.

## **PESCA E AQUICULTURA**

A Delegação brasileira informou que está em curso um processo de reformulação institucional na área de pesca. De qualquer modo, reafirmou o interesse em ampliar a cooperação já existente.

Por sua vez, a Delegação peruana reiterou a solicitação de realizar um intercâmbio de experiências no tocante à reprodução de espécies nativas e sua "bioecologia". Além disso, agradeceu a visita de técnicos brasileiros a centros peruanos de pesquisa em aquicultura (Estación Pesquera de Ahuashiyacu),

*MR*

processamento e comercialização, assim como centros de aquicultura privados. Ademais, apresentou um projeto intitulado "Bases para el Ordenamiento Pesquero en Áreas de Frontera, con Énfasis en los Grandes Bagres y el Paiche", constante do anexo VII. A respeito, a parte brasileira lembrou que o CEPTA (Centro de Pesquisa e Treinamento em Aquicultura), por ocasião da III Reunião do Grupo de Trabalho Brasil-Peru sobre Cooperação Técnica, solicitou a extensão do projeto a outras espécies de maior valor econômico para ambos os países.

Com respeito ao monitoramento e avaliação dos recursos pesqueiros em geral, a Delegação peruana ofereceu à Delegação brasileira a participação em pesquisas científicas do "Instituto del Mar del Peru" (IMARPE), assim como nos estudos a bordo dos barcos de pesquisa científica "Humboldt" e "Jose Olaya", especialmente aquelas referentes ao impacto do fenômeno "El Niño", com conseqüências nas mudanças climáticas e nos oceanos. Ademais, propôs o intercâmbio de experiências de manejo e ordenamento pesqueiro.

## ECOTURISMO

Ambas as delegações mostraram interesse em promover o turismo nas zonas onde Brasil e Peru contem com circuitos turísticos comuns. Além disso, reconheceram que os dois países contam com atrações turísticas tradicionais e que, portanto, realizariam encontros para intercambiar experiências na área do turismo receptivo e, se possível, propiciar capacitação para técnicos peruanos.

Ademais, reconheceram que o Convênio de Cooperação Turística, assinado em 1987, deveria ser objeto de revisão, com o objetivo de atualizar alguns dos seus aspectos. Por outra parte, a Delegação peruana propôs levar o tema do turismo à próxima reunião do Conselho Empresarial Brasil-Peru, que ocorrerá em Lima, em maio de 1999, pela importância do setor empresarial nesse campo.

*nr*

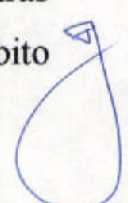
A Delegação brasileira manifestou à Delegação peruana sua disposição para adotarem alguma iniciativa conjunta na próxima sessão da Comissão de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, que se realizará em Nova York, em abril de 1999, quando o tema do ecoturismo ("turismo sustentável") será enfocado.

O representante do Ministério do Meio Ambiente (MMA) reiterou o oferecimento de dar uma contribuição técnica e financeira a um seminário que se levará a cabo em Lima, em data a ser definida, e fez entrega à Delegação peruana de material referente ao ecoturismo no Brasil, para ser analisado pelas entidades peruanas responsáveis pelo tema.

## **SENSOREAMENTO**

A parte brasileira reiterou o interesse de seu Governo em que o Peru participe do projeto SIPAM/SIVAM, para o que fez menção às conversações mantidas com os Governos do Peru e da Colômbia por ocasião da missão de divulgação do projeto realizada aos dois países, em abril passado. Nesse sentido, a parte peruana explicou que as instituições peruanas concordaram em levar a cabo um seminário no âmbito doméstico, que ocorrerá no primeiro trimestre do próximo ano, com o intuito de avaliar as possibilidades e identificar os recursos de que dispõe.

Por outro lado, a parte peruana recordou à Delegação brasileira o oferecimento do INPE de doar seis plataformas recoletoras de dados, o que facilitará o estabelecimento de uma relação com o Brasil no campo do sensoriamento. A Delegação brasileira indicou que, a exemplo de outras iniciativas de cooperação técnica, este tema estaria sendo considerado no âmbito do Grupo de Trabalho Brasil-Peru sobre Cooperação Técnica.



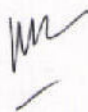
Finalmente, a Delegação peruana solicitou intercambiar experiências sobre a aplicação da técnica de sensoriamento remoto em áreas marítimas e costeiras e apresentou um "Aide-Mémoire" (anexo VIII) do Instituto del Mar del Perú (IMARPE) em que solicita conhecer os estudos de impactos que ocorrem pela atividade humana e por fenômenos naturais.

## TEMAS MULTILATERAIS

Ambas as Delegações fizeram uma avaliação conjunta dos resultados da IV Conferência das Partes sobre Mudança de Clima, realizada em Buenos Aires, Argentina, em novembro último, e enfatizaram as coincidências nas propostas efetuadas durante o encontro, especialmente quanto ao apoio dado pela Delegação peruana à iniciativa brasileira em relação ao mecanismo de desenvolvimento limpo, que será apresentado durante as reuniões dos órgãos subsidiários.

Além disso, o Peru informou que durante a II COP de Desertificação, que se realiza em Dacar, Senegal, apoiaria o Brasil em sua aspiração de ser sede da próxima Conferência das Partes. Anunciou, também, que o Peru sediará a reunião regional sobre o tema no próximo ano, para o que buscará coordenar-se com o Brasil sobre as datas em que os referidos encontros se efetuariam, levando em conta que a reunião regional deve ser prévia à III COP. A Delegação do Brasil agradeceu o apoio do Peru à celebração da III COP sobre Desertificação em Recife e se dispôs a manter contatos sobre sua organização, bem como da Reunião regional que se realizará no Peru.

A Delegação brasileira também abordou as discussões em curso no Foro Intergovernamental de Florestas (IFF) das Nações Unidas, informando sobre a realização do Seminário sobre Aspectos Comerciais do Manejo Sustentável de Florestas (Genebra, 23 a 25 de fevereiro de 1999) e da Reunião Técnica sobre

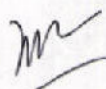


Áreas Protegidas (San Juan, Porto Rico, 15 a 19 de março de 1999), ambos os eventos patrocinados pelo Brasil, pelo que instou a participação dos Delegados peruanos. A Delegação brasileira abordou ainda iniciativa Canadá-Costa Rica sobre a Categoria III do IFF (instrumentos internacionais sobre florestas) coincidindo com a conveniência de se preservar, por ora, a posição acordada no âmbito do TCA em Caracas em agosto passado.

## **BIOSSEGURANÇA**

Ambas as Delegações expressaram a importância do tema para os dois países. O Peru solicitou ao Brasil um intercâmbio de experiências nesse campo, assim como realçou a existência de temas na negociação do Protocolo de Segurança da Biotecnologia como a questão da responsabilidade e a indenização por danos causados, na qual considera que devam ser identificadas responsabilidades e exigidas compensações de acordo com a magnitude do dano, inclusive se este houver sido causado involuntariamente. Além disso, considerou que se deve registrar o acordo fundamentado prévio dos “organismos geneticamente modificados” (OGMs) como um elemento necessário ao Protocolo sobre Biossegurança. Ademais, sugeriu à parte brasileira apoiar a concertação de uma posição conjunta no âmbito do TCA e, por conseguinte, realizar uma reunião imediatamente antes do início da Sessão do Grupo de Trabalho Aberto *Ad Hoc* para Negociação de um Protocolo sobre Biossegurança à Convenção sobre Diversidade Biológica, a celebrar-se em Cartagena de Indias, Colômbia, de 14 a 24 de fevereiro de 1999.

Finalmente, a Delegação peruana informou à Delegação brasileira que está sendo submetida ao Congresso peruano a lei sobre segurança na biotecnologia, cujo texto foi entregue.





A Delegação brasileira concordou com a posição peruana e informou que o Brasil já tem legislação nacional sobre biossegurança, que foi entregue à Delegação peruana.

## **OUTROS ASSUNTOS**

A Delegação peruana solicitou intercambiar informações com respeito à influência do fenômeno “El Niño” nas mudanças climáticas na Amazônia, a fim de estudar em conjunto as consequências desse fenômeno natural.

A Delegação do Peru agradeceu a hospitalidade recebida dentro de um cordial ambiente de trabalho e convidou os representantes brasileiros a acompanhar as decisões do encontro por meio de seus respectivos Ministérios das Relações Exteriores.

A Delegação brasileira agradeceu a presença dos delegados peruanos, congratulou-se pelos bons resultados deste Grupo de Trabalho e coincidiu com a proposta peruana de realizar sua IV Reunião, em Lima, no último trimestre do próximo ano.

Brasília, em 11 de dezembro de 1998.

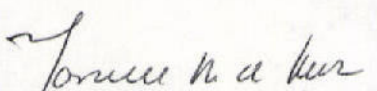
**Pelo Governo Brasileiro**

  
**Fernando Jacques de Magalhães Pimenta**

**Diretor – Geral, substituto,**

**Departamento das Américas – MRE.**

**Pelo Governo Peruano**

  
**Marcela López Bravo de Ruiz**

**Directora de Asuntos Especializados**

**Dirección General de Política Multilateral.**



**ANEXO I**  
**DELEGAÇÕES**

**DELEGAÇÃO BRASILEIRA**

**CHEFE:**

**Ministro Fernando Jacques de Magalhães Pimenta**

Diretor-Geral, substituto, do Departamento das Américas do Ministério das Relações Exteriores (DAA/MRE)

**DELEGADOS:**

**Ministério das Relações Exteriores**

**- Ministro Éverton Vargas**

Chefe da Divisão do Meio Ambiente (DEMA)

**- Secretária Terezinha Bassani Campos**

DEMA

**- Secretária Maria Feliciano Ortigão de Sampaio**

DEMA

**- Secretário Luciano Macieira**

Divisão de Produtos de Base (DPB)

**- Secretário Flávio Goldman**

DEMA

**- Secretário Paulo Henrique Gonçalves Portela**

Divisão da América Meridional-II (DAM-II)

**Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal (MMA)**

**- Aldenir Chaves Paraguassú**

Diretor do Departamento de Coordenação e Articulação de Políticas da Secretaria da Amazônia

**- Nadir Magalhães**

Técnica da Assessoria Internacional

*mm*

**- Vanessa Tavares dos Santos**

Chefe da Assessoria Internacional do IBAMA

**- José Carlos Araújo Lopes**

Coordenador de Operações do IBAMA

**Agência Brasileira de Cooperação (ABC)**

**- Márcia Terezinha Moreschi**

Gerente de Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento (CTPD)

**- Raimundo Alves de Lima Filho**

Setorialista de Meio Ambiente

**Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE)**

**- Conselheiro Artur Vivacqua Correa Meyer**

**DELEGAÇÃO PERUANA**

**CHEFE:**

**Ministra Marcela López de Ruiz**

Diretora de Assuntos Especializados do Ministério das Relações Exteriores

**DELEGADOS:**

**-General-de-Brigada EP Carlos Salazar Bonilla**

Secretário de Assuntos Intersetoriais do Ministério da Defesa

**- Engenheiro Palmer Pastor Velásquez**

-Presidente do Conselho Transitório da Administração Regional de Madre de Dios

**- Engenheiro Juan B. Pawlikowski**

Presidente do Conselho Transitório da Administração Regional de Loreto

**- Dr. Jorge Velásquez Portocarrero**

Presidente do Conselho Transitório da Administração Regional de Ucayali

**- Sr. Boris Gómez**

Chefe do Projeto Brasil da PROMPERU

**- Sr. Victor Yopez Pinillos**

Diretor do Escritório de Aqüicultura do Instituto do Mar do Peru (IMARPE)

*WZ*

## ANEXO II

### AGENDA

- 1) Ecoturismo
- 2) Pesquisa e Desenvolvimento Agroflorestal: Recursos Genéticos
- 3) Biossegurança
- 4) Contrabando de madeiras
- 5) Temas multilaterais
- 6) Pesca e Aqüicultura
- 7) Sensoriamento
- 8) Outros assuntos

### PROGRAMAÇÃO

10/12/1998

- 10:00 - Abertura
- 10:30 - Aprovação da Agenda
- 10:45 - temas, 2, 3, 4 e 5 da Agenda
- 13:00 - Almoço livre
- 15:30 - temas 1, 6, 7 e 8 da Agenda
- 19:00 - Encerramento

*MR*

**11/12/1998**

- 10:00 - Continuação dos debates, se necessário, e redação da Ata**
- 13:00 - Almoço livre**
- 15:00 - Assinatura da Ata**

*mm*

*J*